



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

E D I T A L

CONCORRÊNCIA Nº 002/11

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE através do GABINETE DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, tipo MENOR PREÇO, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e Nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO) até às 13:30 horas do dia **30/05/2011**, na Central de Compras - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano nº 458 - Centro, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para Execução de Serviços de Vigilância Armada, no antigo Aterro Sanitário(Lixão) - SMSU, em conformidade com os quantitativos e especificações constantes nos anexos, parte integrante deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Licitação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta Concorrência, que satisfaçam as exigências do Edital e da Lei nº 8.666/93, e alterações.

2.2. Será vedada a participação de empresas na Licitação, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob processo de Concordata ou Falência.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados.

2.2.4. Reunidas em Consórcio ou grupo de firmas.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal Nº 8.666/93.

2.2.6. Sejam constituída em Cooperativas de trabalho, nos termo de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município de Rio Grande.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO será apresentada em 01 (uma) via e a PROPOSTA também em 01 (uma) via original. Na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados devidamente representados por pessoa credenciada e identificada, apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, à Rua Marechal Floriano nº 458, s/nº, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVOLUCRO Nº 01: CONCORRÊNCIA Nº 002/11
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ANTIGO
ATERRO SANITÁRIO(LIXÃO) - SMSU
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVOLUCRO Nº 02: CONCORRÊNCIA Nº 008/06
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ANTIGO
ATERRO SANITÁRIO(LIXÃO) - SMSU
PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto Social ou Contrato Social em vigor, devidamente Registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos referentes às eleições de seus administradores, devidamente registrados;

4.1.1.1. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.1.2. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da Diretoria em exercício, devidamente registrado em cartório;

4.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.1.4. Cédula de Identidade de todos os Sócio(os) pela empresa.

4.2. REGULARIDADE FISCAL

4.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes(C.G.C/MF ou CNPJ);

4.2.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, dentro de seu prazo de validade. A prova de regularidade fiscal deverá abranger todos os tributos e será efetuada através da apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa quanto aos tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional do domicílio ou sede da licitante, dentro do prazo de validade;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

- b) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria e/ou Delegacia da Fazenda Estadual, dentro do prazo de validade;
- c) Certidão de regularidade fiscal junto ao Município do domicílio ou sede da licitante, dentro do prazo de validade;

d) Caso a licitante tenha filial(is) no Município do Rio Grande, deverá apresentar Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do Município, dentro do prazo de validade.

4.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

4.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviços (FGTS) – CRS.

4.2.6. Alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento licitante, pertinente ao objeto licitado.

4.2.7. Declaração de que observa a vedação do inciso XXXIII do art. 7º. da Constituição Federal, estando em situação regular perante o Ministério do Trabalho.

4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

4.3.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

- a) Liquidez Corrente: AC / PC Índice mínimo: 1,00
- b) Liquidez Geral: $(AC + ARLP) / PC + PELP$ Índice mínimo: 1,00
- c) Solvência Geral: $(AT / PC + PELP)$ Índice mínimo: 1,00

Onde: AC = Ativo Circulante; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo;

AP = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

a Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido. Comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, poderá ser demonstrada mediante apresentação do “Certificado de Capacidade Financeira Relativo do Licitante”, expedido pela CAGE (Contadoria e Auditoria Geral do Estado), Porto Alegre - RS (IN CAGE Nº 02/96) ou conforme disciplina o Decreto Estadual nº 36.601/96.

4.3.1.1. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade

4.3.1.2. Às fórmulas dos índices contábeis deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao Balanço.

4.3.1.3. Se necessária a atualização do Balanço Patrimonial e do Patrimônio Líquido, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

4.3.2 Certidão Negativa de pedido de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de expedição não superior a 30(trinta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento;

4.3.3 Prova de que possui patrimônio líquido de valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, comprovado através do Balanço Patrimonial e seus anexos, devidamente registrados na Junta Comercial de acordo com os §§ 2.º e 3.º do art. 31 da Lei de Licitações;

4.3.4 Prova de Quitação da Contribuição Sindical dos empregados e do empregador.

4.3.6. Declaração expedida pelo próprio licitante da inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação em processo licitatório, devidamente datada e assinada.

4.3.7 A documentação de habilitação (Capítulo 4.), exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão Julgadora ou funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

4.3.8 Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura do invólucro nº 01.

4.3.9. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal, com identificação clara de seu subscritor.

4.4. QUALIFICAÇÃO - TÉCNICA

4.4.1. Atestados de capacidade técnica, individuais, em número de no mínimo dois, devidamente registrados no Conselho Regional de Administração - CRA/RS, expedidos por órgãos públicos ou privados, que comprovem a prestação satisfatória dos serviços objeto desta licitação, em quantidade e prazos não inferior aos postos de vigilância armada necessários a esta Concorrência. (não devendo ser partilhados).

4.4.2. Registro ou inscrição na entidade profissional competente (CRA), da empresa licitante e do seu administrador, acompanhado da prova da devida quitação da anuidade **2010/2011**, ou no caso de parcelamento apresentar comprovante.

4.4.3. Relação de Contratos em Vigor, com indicação do contratante, do tipo de serviços, quantitativos e prazo de vigência;

4.4.4. Registro na Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, comprovando que a proponente possui SESMT(Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho), e comprovação de que a mesma possui os profissionais necessários registrados em seu quadro de funcionários, conforme Lei nº 6.514 de 22/12/1977;

4.4.5. Declaração emitida pela Empresa atestando seguir as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, previstos pela Portaria 3.214 de 08/06/1978;

4.4.6. Apresentação da Autorização para Funcionamento expedida pelo Ministério da Justiça;

4.4.7. Certificado de Segurança expedido pela Superintendência da Polícia Federal, válido para o Estado do Rio Grande do Sul;

4.4.8. Certidão de Regularização, expedida pelo DSVG – Departamento



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

de Supervisão de Vigilância e Guardas da Brigada Militar;

4.4.9. Prova que a empresa licitante dispõe de autorização junto a ANATEL de sistema de rádio frequência, que permite a comunicação dos postos de serviço com o escritório da empresa e os veículos utilizados na fiscalização dos postos, na cidade do Rio Grande, nos termos do Art. 4º., Inciso IV da Portaria nº. 387/2006, de 01.09.2006 do Ministério da Justiça.

4.4.10. Declaração de que a empresa possui escritório em Rio Grande, ou expressando compromisso formal de montá-lo com indicação comprovada de local e estrutura suficiente para atendimento do contrato, no caso de vencedora do Processo Licitatório;

4.4.10.1. Para fins de credenciamento dos representantes às sessões licitatórias, deverá ser apresentado à Comissão Especial de Licitações, em original ou copia autenticada, fora dos envelopes: (a) AUTORIZAÇÃO, (b) ou procuração pela qual o licitante habilita seu representante com plenos poderes de decisão, inclusive para renunciar ao direito de interposição de recursos; (c) ou documento legal que comprove ser o participante sócio da licitante, com poderes para representá-la.

4.4.11. O licitante deverá obrigatoriamente anexar à documentação de habilitação o **ATESTADO DE VISITA**, com data posterior à divulgação/publicação do aviso da licitação, emitido pela Direção da Unidade, comprovando que a licitante vistoriou e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais das unidades onde serão prestados os serviços objeto desta licitação.

4.4.11.1. As visitas às unidades onde serão executados os serviços a que se refere este subitem deverão ser procedidas por pessoa indicada pela licitante, Responsável Técnico da proponente perante ao CRA/RS, munido de credencial, que deverá ser previamente agendada e ocorrer no prazo de até 72 horas antes do ato licitatório.

4.4.12. A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão Julgadora da Licitação ou funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante apresentação do documento original.

4.4.12.1. Estão isentos da exigência contida neste item os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua validade



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

verificada *online* pelos membros da Comissão.

4.4.13. Os documentos que dependerem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em Lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 60 (sessenta) dias anteriores a data de abertura dos invólucros.

4.4.14. Com base nos Artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/06 fica esclarecido que a ME ou EPP deve apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.4.14.1. A ME ou EPP que apresentar documentos com restrições conforme item 4.4.12. terá assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período à critério da Administração Pública para a regularização dos mesmos, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.4.14.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.4.14.1. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação

4.4.15. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal, com identificação clara de seu subscritor.

4.4.15.1. As licitantes que possuírem suas matrizes em outros estados, deverão apresentar todos os documentos da filial, sede no Rio Grande do Sul e, de sua matriz, exceto aqueles em que a lei considera validade nacional.

4.4.16. Não será admitida a autenticação de documentos pela Comissão Especial de Licitação e/ou Gerência de Compras, no ato de abertura do certame ou posteriormente.

4.4.17. Estando todos os representantes do Licitante presentes na sessão e concordando com o resultado de habilitação, através de desistência expressa de interpor recurso, a Comissão Especial de Licitação poderá, a seu critério, proceder a abertura dos envelopes contendo as propostas financeiras. Caso contrário, os envelopes propostas financeiras, serão rubricados pelos representantes presentes



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

e pelos membros da Comissão Especial de Licitação, ficando sob a guarda da Gerência de Compras e Licitações Públicas, para abertura na data fixada na Ata de reunião ou na publicação do Resultado de Habilitação no Diário Oficial do Rio Grande do Sul.

5. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

5.1. Proposta comercial indicando os valores unitários e por extenso, assinada pelo Licitante ou seu representante legal, apontados na planilha conforme modelo do Anexo II, de forma clara e precisa, sem emendas e rasuras e incluirá:

1. Montante “A”: composto de salários e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, com indicação dos preços unitários por pessoa e global;
2. Montante “B”: composto dos demais custos , uniformes, equipamentos de proteção individual , taxa de administração, e todos outros não referidos no Montante “A”.

5.2.- No preço cotado deverão estar inclusos todos os encargos trabalhistas e previdenciários, bem como as despesas para aquisição dos materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços descritos nos Anexos. Tais despesas e encargos correrão por conta e risco da empresa vencedora da licitação.

5.2.1.- Conter o quantitativo dos empregados disponibilizados para a execução dos serviços e seus respectivos cargos/funções, além dos materiais e equipamentos disponibilizados. **Os serviços serão prestados no interior do Aterro Sanitário, durante 24 horas ininterruptas, no horário noturno das 19:00hs às 07:00hs, - 03(três) postos diários e no horário diurno das 07:00hs às 19:00hs - 02 postos, ambos de vigilância armada de segunda à sexta feira, incluindo sábados, domingos e feriados.**

5.2.2.- A licitante deverá observar o Quantitativo por Unidade da SMSU (Anexo I), Descrição das Atividades (Anexo II), Planilha de Custo Mensal(Anexo III) e Minuta do Contrato(Anexo IV).

5.3.- Declaração expressa de aceitação das condições deste Edital, sem restrições de qualquer natureza e que, se vencedora da licitação



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

executará os serviços de acordo com as normas e especificações vigente neste município.

5.4. - Declaração de que o preço proposto compreende todos os serviços, materiais e encargos necessários a sua completa realização, inclusive os de natureza trabalhista e previdenciária.

5.5.- Prazo de validade não inferior a 60(sessenta)dias, contados da data de sua abertura.

5.6.- Serão desconsideradas as propostas que forem manifestamente inexeqüíveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços unitários vis ou excessivos.

5.7. Tendo em vista o art. 40, Inciso X da lei 8.666/93 o valor estimado mensal é de R\$ 32.000,00(trinta e dois mil reais).

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até as 13:30 hs do dia 30 de maio de 2011, na Central de Compras, à Rua Marechal Floriano nº 458 - Centro, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A abertura das propostas será realizada às **14:00h** no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.

6.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

6.2.3. Após o recebimento dos invólucros citados no item 3, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e, facultativamente, pelos representantes credenciados das empresas licitantes.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

6.2.4. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.2.5. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.2.6. Os recursos serão dirigidos a Autoridade Superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais pertinentes e deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal do Rio Grande, mediante o pagamento do preço público, visando sua juntada ao processo de licitação.

6.3. DO JULGAMENTO

A Concorrência será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

6.3.4. A escolha da proposta vencedora será para o **menor preço global** na forma do sub-item 5.1.

6.3.5. Em caso de empate entre duas ou mais proponentes a vencedora será escolhida por sorteio, em sessão pública.

6.3.6. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes presentes, a respeito de suas decisões.

6.4. DO DESEMPATE

6.4.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas mesmas sejam iguais ou até 10% superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP..

6.4.2. Ocorrendo o empate proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A ME ou EPP mais bem classificada será comunicada via contato telefônico pela Comissão Julgadora do certame sobre o empate, e poderá apresentar proposta de preço inferior aquela considerada vencedora. Será solicitado na ocasião um termo de intenção de desempate via fax ou e-mail já com os novos valores a serem ofertados.
- b) A ME ou EPP beneficiada pelo regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/2006, descrito na alínea (a), terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar nova proposta em papel timbrado, de forma clara e precisa, não podendo ser manuscrita, nem conter rasuras ou entrelinhas, assinada pelo licitante ou seu representante legal, devidamente identificado. O não cumprimento deste Item pode acarretar a desclassificação.

6.4.3. No caso de empate real dos valores apresentados pelas MES e EPPs que se encontrem enquadradas no Item 6.4.1., será realizado sorteio, em ato público entre elas para definir aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

6.4.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação dos documentos de habilitação.

6.4.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e não for o caso de utilização da preferência do item 6.4.1., a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes envolvidas serão comunicadas.

6.4.6. A ME ou EPP só poderá fazer uso do regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/06 se previamente habilitada como tal na fase de HABILITAÇÃO.

6.4.7. Não ocorrerá empate se a proposta mais bem classificada já for de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

6.5. DA HOMOLOGAÇÃO

6.5.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o julgamento, recomendará vencedora a firma que



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

ofertar o **menor preço global**, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

6.5.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no sub-item 5.4, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.5.1.2. É facultado a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. DOS PRAZOS

7.1. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado no máximo até 04(quatro) prorrogações por igual período, a critério da contratante, nos termos do art.57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. .

7.2. A adjudicatária será convocada para, no prazo de 05(cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da convocação, assinar o Termo de Contrato, atendidas as seguintes exigências:

7.3. Indicar o preposto que representará a empresa durante a execução do serviço na cidade, com meio de locomoção para a fiscalização dos postos.

7.4. Havendo recusa da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, é facultado a Administração convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

7.5. O prazo para pagamento das horas trabalhadas será de 05(cinco) dias úteis, da apresentação da fatura dos serviços executados mensalmente.

8. DO REAJUSTAMENTO

8.1. Desde que oficialmente requerido e previamente autorizado pela Secretaria Municipal da Saúde, após decorridos o período mínimo de 12(doze) meses de prestação de serviços, poderá ser concedido reajuste dos preços contratados, utilizando-se como base:

8.1.1 O montante “A” será reajustado pelo dissídio da categoria;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

8.1.2. O montante “B” será reajustado pela “URM.” - Unidade de Referência Municipal.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado mensalmente mediante a apresentação das Notas Fiscais/Faturas dos serviços executados no mês anterior e devidamente visadas pelo responsável designado para a fiscalização da execução do Contrato, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

9.2. A Contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os documentos seguintes:

9.2.1. Liberação dos Pagamentos: O pagamento das parcelas somente será efetuada mediante a comprovação de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS, cópia dos recibos de entrega dos vales transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho, cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SMSU e posteriormente pela Comissão de Recebimento, a saber:

a) Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Gerência de Compra e Licitações Públicas - GCLP.

9.3. A não apresentação dos documentos enunciados no item anterior, implica necessariamente na suspensão do pagamento da fatura, até a apresentação, não incidindo neste caso, em hipótese alguma, qualquer acréscimo de valores referentes a juros, multas e correção monetária.

10. DO CONTRATO

10.1 – O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação terá vigência de 12(doze) meses a contar da assinatura do contrato, com a respectiva “Ordem de Início dos Serviços”.

10.2. O contrato poderá ser prorrogado, no máximo até (04) prorrogações por igual período, a critério da Contratante, nos termos do Art.57 “caput” da Lei de Licitações de Contratos.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

10.3. Na data da assinatura do Contrato, a empresa deverá apresentar cópia de Contrato entre ela e Instituição Seguradora, com o prêmio equivalente a no mínimo R\$100.000,00(cem mil reais), renováveis a cada renovação de contrato, para cobertura de eventuais danos causados ao Patrimônio Público (furto, roubo, depredações, etc...).

10.4. A assinatura do contrato está condicionada à apresentação de garantia equivalente a 5%(cinco por cento) sobre o valor do Contrato, depositado junto à Secretaria Municipal da Fazenda, de acordo com a Lei 8.666/93, em seu Art.56, Parágrafo 1º.

10.5. A garantia apresentada será liberada 30(trinta) dias após a execução do contrato,e, se prestada em dinheiro, restituída atualizada, nos termos do Parágrafo 4º, do Art.56, da Lei nº 8.666/93.

10.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial do serviço, conforme o artigo 65, § 1º da Lei de Licitações.

10.7. O Contrato celebrado não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência, ficando ainda, vedada a associação da contratada com outrem para fins de execução do ajuste.

11. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS(VIGILÂNCIA ARMADA)

11.1. Os serviços serão prestados no Antigo Aterro Sanitário(Lixão) - SMSU, constantes dos Anexos.

11.2. Para execução dos serviços, os vigilantes da empresa vencedora, obrigatoriamente, armados, fardados e credenciados, devidamente treinados com cursos de formação em vigilância a ser comprovado através de certificado de conclusão, e em boas condições de higiene pessoal. Deverão usar, também, todos os itens necessários a segurança dos vigilantes exigidos por lei. As despesas correrão por conta da própria empresa vencedora.

11.2.1. A contratada deverá fornecer aos vigilantes armados. o uniforme completo, de acordo com o clima da região, conforme relação mínima: calça, camisa de mangas longas e/ou curtas, gravata, cinto, sapatos, meias, quepe com emblema, jaqueta de frio ou japona, capa de chuva, crachá com identificação com fotografia recente, armamento



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

e munição, cassete. Os vigilantes deverão ser portadores de cédula de identidade.

11.2.2. A contratada deverá apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra para atuar nas instalações dos postos da contratante.

11.2.3. Deverá apresentar à Contratante a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos “ Registro de Arma” e “ Porte de Arma”, que serão utilizados pela mão-de-obra nos Postos, em relação ao item 01(vigilância armada).

11.3. Manter reserva técnica capaz de atender, de imediato, as ausências de seus empregados a serviço dos postos.

11.4. Trocar a munição dos revólveres dos vigilantes a serviço dos postos, observada a periodicidade máxima de 03(três) meses, assim como repor imediatamente a munição deflagrada.

11.4.1. Utilizar a arma somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da contratante, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.

12.2.2. A contratada deverá apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra para atuar nas instalações dos postos da contratante.

12.3. Manter reserva técnica capaz de atender, de imediato, as ausências de seus empregados a serviço dos postos.

12.4. Na execução dos serviços a empresa deverá cumprir todas as obrigações constantes nos Anexos.

12.5. Na falta de um funcionário, ficará a vencedora obrigada a providenciar, de imediato, sem qualquer ônus adicional a Contratante, a sua substituição;

12.5.1. Na impossibilidade de substituição do empregado, a tempo de cumprir o horário estabelecido, sua falta será descontada da fatura do mês subsequente.

12.6. Caberá a Contratante o direito de exercer ampla fiscalização em todos os serviços prestados, sem que o exercício desta faculdade envolva, a qualquer tempo, anuência ou co-responsabilidade de sua



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

parte.

12.7. No exercício dessa fiscalização, poderá a Contratante exigir da empresa contratada a imediata substituição ou remoção de seus empregados, quando estes se acharem em condições ou atitudes incompatíveis com o grau de responsabilidade que lhes couber na execução dos serviços.

12.8. A empresa contratada responderá pelo procedimento doloso ou culposo de seus empregados em serviço nos postos.

13. DOS RECURSOS, DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

13.1. DOS RECURSOS

13.1.1. Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação caberá recurso nos termos do Art. 109 da Lei nº 8.666/93 e alterações;

13.1.2 - O recurso deverá ser interposto mediante petição datilografada ou impressa por qualquer sistema eletrônico de processamento de dados, devidamente arrazoada subscrita pelo representante legal ou preposto da recorrente, obedecendo os prazos previstos na Lei de Licitações;

13.1.3 - O recurso deverá ser entregue no setor de Protocolo Geral do Município, a Central de Compras e Licitações Públicas - Comissão Especial de Licitação, na Rua Marechal Floriano nº 458, endereçado a mesma.

13.2 DAS PENALIDADES

13.2.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais. A saber:

a) multa administrativa equivalente a 10%(dez por cento) do valor do contrato;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02(dois) anos.

13.2.2. A contratada ainda estará sujeita, independentemente de advertência e/ou interpelação judicial ou extrajudicial às seguintes multas:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

13.2.3. Pela falta de vigilância completa de 01(um) dia, multa no equivalente ao preço de serviços de vigilância de 24(vinte e quatro) horas.

13.2.4. Emprego de mão de obra sem uniformes, atrasos, reclamação, contra falta de educação da guarnição, uso de bebidas alcoólicas em serviço, será de 12(doze) horas por infração verificada.

13.3 - Das Sanções:

13.3.1 - Verificada uma das hipóteses dos sub-itens anteriores, a CONTRATANTE poderá optar pela convocação das demais proponentes da licitação, obedecida sucessivamente a ordem de classificação na forma do § 2º do Art. 64 da Lei de licitação em vigor;

13.3.2 - Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste Edital juntamente com as seguintes sanções:

- a) - Advertência;
- b) - Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado não ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no Alínea anterior.

14. DA RESCISÃO

14.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura de concurso de credores.

14.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

14.2. Outrossim , constituirão motivos para rescisão dos contratos:

14.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

14.2.2. A paralisação do serviços sem justa causa e sem prévia comunicação ao Município.

14.2.3. A rescisão dará causa à perda da garantia realizada ou a cobrança global da fiança bancária por parte da Prefeitura, quando for o caso, sem prejuízo de outras sanções previstas no presente edital e na legislação vigente.

14.2.4. A rescisão também poderá ocorrer no caso de falta de pagamento pelo Município, cobranças apresentadas pela contratada, decorridos 90(noventa) dias consecutivos da data do vencimento das faturas, sem a satisfação do débito , ficando ainda facultado à contratada, ocorrendo esta hipótese, o direito de paralização dos serviços contratados, total ou parcialmente.

14.3. No caso do Município da não efetuar os pagamentos de serviços prestados por um prazo superior a 90(noventa) dias da data de seu vencimento, a contratada poderá, a seu critério e independentemente de interpelação judicial, interromper o cumprimento de suas obrigações contratuais desde que:

14.3.1. Notifique por escrito ao Município, com uma antecedência de 15(quinze) dias.

14.3.2. Normaliza a situação de inadimplência financeira, cessa a suspensão do cumprimento das obrigações contratuais.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Caberá a contratada:

15.1.1. Obter todas as licenças e franquias;

15.1.2. O pagamento de emolumentos prescritos em Lei e observação de todas as posturas referentes ao serviço;

15.1.3. Despesas decorrentes de Leis trabalhistas e que digam respeito ao serviço contratado;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

15.1.4. Custear todas as despesas, tais como: equipamentos, materiais de segurança, uniformes, acessórios e toda a mão-de-obra necessária a execução do serviço.

15.2. A contratada, na vigência do contrato, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos, excluída a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros.

15.3. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização da Prefeitura, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das combinações legais e contratuais cabíveis.

15.4. A Licitante vencedora da licitação, caso não seja estabelecida no Município, deverá providenciar sua inscrição junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

15.5. As despesas decorrentes da contratação serão suportadas com recursos financeiros previstos nas verbas próprias do orçamento vigente e futuros do Município, que serão suplementados, se necessário, para o regular empenho em nome da empresa que vier formalizar ajuste para a execução dos serviços.

15.6. O regime será o de execução indireta, na modalidade empreitada por preços unitários.

15.7. Não se desclassificarão propostas pela simples ocorrência de vício que, a juízo da Comissão Julgadora, puder ser sanável, sem a quebra de igualdade de tratamento oferecido a todas as empresas licitantes.

15.8. O presente edital deverá ser retirado na Central de Compras, na Rua Marechal Floriano nº 458. Nesta.

15.9. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas na Central de Compras (fone 3233.8417) ou na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SMSU, até o quinto dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

15.10. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes elementos:

ANEXO I – Quantitativo por Unidade da SMSU.

ANEXO II– Descrição das Atividades

ANEXO III - Planilha de Custo Médio.

ANEXO IV- Minuta do Contrato.

15.11. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

15.12. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar às propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

15.13. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal No. 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 26 de abril de 2011.

Regimar Hernandez da Rosa
Gerente de Compras e Licitações Públicas



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

A N E X O I

CONCORRÊNCIA Nº 002 / 11

QUANTITATIVO POR UNIDADE DA SMSU

VIGILÂNCIA ARMADA

ATERRO SANITÁRIO(LIXÃO)

End. Rua Roberto Socoowiski 3183/6 a direita Travessa do aviário nº 50
Vila dos Carreiros.

03 pontos das 19hs às 07:00hs - de Segunda a Sexta-feira,
incluindo sábados, domingos e feriados.

02 pontos das 07:00hs às 19:00hs - de Segunda a Sexta-feira,
incluindo sábados, domingos e feriados.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

obs) serviços 24 horas ininterruptas.

ANEXO II

CONCORRÊNCIA Nº 002/11

PROJETO BÁSICO
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - VIGILÂNCIA ARMADA

O serviço que constitui objeto desta Concorrência deverá ser executado em estrita observância às especificações e demais elementos técnicos constantes deste anexo.

01. DEFINIÇÃO DO SERVIÇO

1.1. Para fins deste Edital, define-se serviço, como o conjunto de atividades, envolvendo a segurança do Patrimônio Público e das pessoas que desenvolvem suas atividades, nos locais descritos no item 5.2.1. do Edital.

1.2. Define-se como vigilância armada, toda a atividade que envolve a prática de dar segurança a alguém, a objetos, bens imóveis e móveis, munidos de armamento adequado.

2. EXECUÇÃO DO SERVIÇO



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

2.1. Para desincumbir-se de sua atribuição deverá a contratada, manter regularmente o serviço descrito no item 1 deste anexo.

2.2. O serviço descrito no item 1 deste anexo, deverão ser executados nos locais, nos dias e horários estabelecidos no item 5.2.1. do Edital.

2.3. Após realizado o trabalho de vigilância, o mesmo será medido (horas trabalhadas), onde, então, o fiscal da Administração Pública deverá atestar na própria ordem de serviço ou através de outro documento hábil, a satisfatória realização dos serviços.

3. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

3.1. A contratada deverá fornecer todo e qualquer equipamento e armamento necessário para o bom desempenho do serviço.

4. PESSOAL

4.1. Competirá a contratada a admissão de toda mão-de-obra necessários ao desempenho do serviço empreitado, correndo por sua conta também, os encargos sociais, seguros, uniformes, vestuários, equipamentos e demais exigências das leis trabalhistas.

4.2. A fiscalização terá direito de exigir dispensa, a qual deverá se realizar dentro de 48 (quarenta e oito) horas de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa der origem à ação na Justiça, a Administração Municipal não terá, em nenhum caso, qualquer responsabilidade.

4.3. É absolutamente vedado, por parte do pessoal da contratada, a execução de serviços que não sejam objeto do presente Edital.

4.4. Será terminantemente proibido aos empregados ingerirem bebida alcóolica em serviço e de pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie.

4.5. A guarnição deverá apresentar-se uniformizada com blusas fechadas, calças e calçados padronizados.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

4.6. Os uniformes de que trata o item anterior, além de padronizados, serão necessariamente diferentes dos padrões adotados pela Prefeitura Municipal do Rio Grande.

4.7. Toda a mão-de-obra a ser utilizada na execução dos serviços deverá ser procedente deste Município.

5. FREQUÊNCIA E HORÁRIO

5.1. A contratada deverá por à disposição deste Município o pessoal necessário ao perfeito desempenho do serviço na frequência e horários estabelecidos no item 5.2.1. do Edital.

6. FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização do cumprimento do contrato caberá à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

6.2. A fiscalização exercerá rigoroso controle com relação a quantidade e particularmente, a qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

7. MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS

7.1. As horas trabalhadas nos locais estabelecidos no item 5.2.1. do Edital serão apurados num boletim diário, assinado pelos representantes da Administração Municipal e da contratada, este boletim servirá de base para proceder mensalmente, ao cálculo da remuneração.

7.2. A contratada enviará, mensalmente, requerimento em modelo apropriado acompanhado da relação diária das horas trabalhadas, devidamente atestados pelo Município da realização completa e satisfatória para fins de pagamento.

Regimar Hernandes da Rosa



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

Gerente de Compras e Licitações Públicas

ANEXO III – PLANILHA DE CUSTOS

CONCORRÊNCIA N°. 002/11 SMSU
VIGILÂNCIA ARMADA
ANTIGO ATERRO SANITÁRIO(LIXÃO)

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS				
PISO SALARIAL DA CATEGORIA =				
SALÁRIO COTADO				
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS				
MONTANTE A (ITEM 1)				
DISCRIMINAÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL		
Salário	- -			
Adicional de Insalubridade	- -			
Reserva técnica	- -			
Outros	- -			
TOTAL DO ITEM 1	- -			
2 -ENCARGOS SOCIAIS: incidentes ITEM 1*				
DISCRIMINAÇÃO	R\$ UNIT.	%	R\$ TOTAL	
Grupo A				
INSS	- -		-	
FGTS	- -		-	
SESC	- -		-	



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

SENAC	-	-	-	
SEBRAE	-	-	-	
INCRA	-	-	-	
Salário-educação	-	-	-	
Seguro Acidente do Trabalho	-	-	-	
Total do grupo A	-	-	-	
Grupo B				
Férias	-		-	
Auxílio-enfermidade	-		-	
Faltas legais	-		-	
Licença-maternidade	-		-	
Acidente do trabalho	-		-	
Aviso prévio trabalhado	-		-	
13º Salário	-		-	
Total Grupo B	-		-	
Grupo C				
Indenização (resc. s/justa causa)	-		-	
Aviso prévio indenizado	-		-	
Indenização adicional	-		-	
Total grupo C	-		-	



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

Grupo D				
Incidência grupo A / B	-		-	
Total do grupo D	-		-	
Total Geral dos Encargos	-		-	
VALOR DO MONTANTE A	-		-	
MONTANTE B				
DISCRIMINAÇÃO	R\$ UNT.	% S/ A	R\$ TOTAL	
1.Uniformes/EPIs			-	
2.Materiais e Equipamentos			-	-
3.Manutenção equipamentos			-	
4.Treinamento e rec. de pessoal			-	-
5.Seguro de vida			-	
Veículos			-	
Combustível			-	
6.Vale transporte			-	
7.Vale refeição			-	
SUB TOTAL I			-	
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO				
DISCRIMINAÇÃO	R\$ UNT.	% S/ A	R\$ TOTAL	
Lucro			-	
Despesas adm./operacionais				



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

			-	
TOTAL DA TAXA ADM	-		-	
SUB TOTAL GERAL (SEM IMPOSTOS)	-		-	
TRIBUTOS **		ISSQN		
a) Tributos = To = 100	-	IRRF		
		CSSLL		
b) Itens de 1 a 4 = Po =	-	PIS		
c) Po / (1-To) = P1 =	-	COFINS		
Valor dos tributos (P1 - Po) =	-	TOTAL		
TOTAL DOS IMPOSTOS	-		-	
TOTAL DOMONTANTE "B"	-		-	
Total Mensal (Mont A + B)	-		-	
* Informar os percentuais dos encargos sociais computados.				
** Informar regime de tributação de imposto de renda e o percentual dos tributos computados.				

Local e data

Carimbo e assinatura do proponente